

Periferias Urbanas, identidades e circulação de bens culturais em Luanda

Ana Maria Mão de Ferro MARTINHO GALE
FCSH - CHAM
Universidade Nova de Lisboa

ana.martinho@gmail.com

Abstract
Urban peripheries, identities and circulation of cultural objects in Luanda

The metropolitan areas in many African cities have shown a growing number of displaced populations or in search of long-term housing solutions.

These days, the pressure of urban construction implies, notably in cities like Luanda, the de-localization of a significant part of the peripheral neighborhoods, turning them into ultra-peripheral sites.

This situation impacts socioeconomic regulation, forces new forms of identification with the transitional spaces and it also changes existing means of production and circulation of cultural objects.

In our text we also elaborate on some of the current processes associated with new modalities of hyper-textualization and of semiotic adjustment of cultural objects (literary, artistic, musical) in this context.

We will draw comparative references when appropriate.

Keywords: Peripheries, Luanda, de-localization, identities, cultural production.

“*Está a virar musseque*”¹

Os musseques de Luanda, cintura periférica da cidade, constituem espaços que desde o período colonial têm estado no centro da atenção de escritores, músicos, artistas, cientistas sociais; por factores que podem ser considerados de diversas formas. Foram em muitos casos inspiradores para ficcionistas, como por exemplo Luandino Vieira, por constituírem um lugar de expressão de formas de exclusão social mas também de resistência política. Estão hoje na base de muitas composições de músicos, de hip-hop e rap, por razões da mesma ordem, embora tendo na sua matriz circunstâncias históricas e políticas muito distintas. O antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho, por exemplo, encontrou nesta cidade modelos e critérios específicos de leitura da identidade nacional.

A importância destes espaços deriva de uma ambivalência que se relaciona com o facto de excluírem socialmente, mas de integrarem territorialmente. Por um lado são uma cintura na aparência desorganizada e caótica da cidade, sem condições de saneamento ou infraestruturas, por outro registaram com o tempo acumulação de património político e cultural específicos.

Ora o facto de estarem tão próximos do centro urbano e de se registar em Angola desde 2002 uma forte pressão urbanística, em face da

pacificação do país e do investimento nacional e internacional em empreendimentos estruturais, tornou os subúrbios com potencial de requalificação. Isto significou demolições, despejos de moradas de famílias, novos traçados urbanos. Sacrificam-se pelo caminho alguns sites históricos ou de referência política, ligados à história da resistência anti-colonial.

Estes processos de mudança são no entanto mais antigos e datam nomeadamente do período colonial e da pós-independência; desde 1975, Luanda passou por muitas transições em termos de divisão de municípios, que se multiplicaram, e os tradicionais bairros foram sofrendo significativas alterações na extensão dos seus territórios.

“Hoje com a nova divisão política ou administrativa de Luanda, a Província conta com sete (7) Municípios e seis (6) Distritos Urbanos. Entre eles: Município de Luanda, Município de Belas, Município do Cazenga, Município de Viana, Município de Cacuaco, Município do Icolo e Bengo e o da Quissama. Limites geográficos do município de Luanda O município de Luanda, com sede na cidade de Luanda, que compreende os distritos urbanos da Maianga, Ingombota, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba e Sambizanga, tem os seus limites geográficos descritos em publicação no Diário da República, órgão oficial da República de Angola”².

Em 2009 foi anunciado um vasto programa de reabilitação urbana e de investimento na habitação social para mudar os musseques e torná-los espaço reconfigurado; previa-se que até 2012 seria construído um milhão de fogos, mui-

tos deles num perímetro de cerca de 20km (o que veio a ser muito mais) e a cargo sobretudo de empresas chinesas. Isto implicou uma muito rápida e visível transformação da cidade e das suas cinturas.

Também significou algum abandono dos prédios do centro da cidade, a demolição, construção ou reabilitação de outros, e a transferência de largos grupos da população das periferias urbanas para zonas ainda mais distantes da cidade, para dar lugar a empreendimentos de grande escala, num processo que esteve na origem de fenómenos graves de desterritorialização de famílias de baixos rendimentos, gerando problemas sociais ainda não cabalmente avaliados. Pensados para diversificar a oferta urbanística, estes projectos acabaram, em alguns casos, por resultar em *ghettos* de expressão financeira e socioeconómica.

Ora se tomarmos como exemplo uma localidade como a Kilamba, ou um bairro como Talatona, temos hoje uma ideia clara do que se passou. No primeiro caso, trata-se de uma cidade construída em muito pouco tempo, vista inicialmente como uma “cidade fantasma”, como foi amplamente noticiado³. Esperava-se que servisse para habitação social, mas acabou por ser posteriormente ocupada por uma classe média emergente, a partir de apoios à aquisição de habitação por parte do estado angolano⁴.

No segundo caso estamos perante uma zona em Luanda Sul que tem vindo a receber investimentos urbanísticos de gama alta: centro de convenções, hotéis, centros comerciais, condomínios de luxo. Em boa parte não totalmente ocupados ou com sinais de alguma degradação. Planificada para cerca de 500.000 habitantes, Luanda tem hoje sensivelmente 6 milhões, sendo que 4 milhões vivem sem condições mínimas

de saneamento. Actualmente, e de acordo com Relatório da UNHabitat (2008: 139), a percentagem da população urbana em Angola é de cerca de 54 por cento, prevendo-se que em 2020 seja de 66 por cento e em 2050 de 80.5 por cento. Estes números dão-nos uma ideia de quanto a pressão urbanística e de gestão das modalidades de acomodação demográfica poderão implicar no futuro graves problemas sociais. Em crónica de 9 de Março deste ano, a jornalista Luísa Rogério escrevia para a Rede Angola um texto muito crítico acerca da deslocação forçada de habitantes de musseques para zonas alternativas, ultra-periféricas, quais “*Campos de sobrevivência*”:

“A realidade nesse descampado onde várias famílias foram largadas com uma sanduíche e um litro de água mineral é tão impiedosa que desacredita qualquer tentativa de descrição. Esse lugar inimaginável fica na Kissama, a quase oitenta quilómetros de Luanda. É a habitação temporária de inúmeras famílias desalojadas em Janeiro do ano passado de uma área nobre da capital. A tal área ganhou dignidade à altura da sua localização. Ao contrário, os ex-moradores que descompunham o ambiente perderam a chance de ser tratados com alguma dignidade”⁵.

Muitas crianças viram-se privadas de escola, os pais sem trabalho, face às esmagadoras distâncias do centro da cidade para onde convergem (convergiam) muitas pessoas todos os dias. Fenómenos como este multiplicam-se por todo o lado e dão a imagem de uma insustentável situação para muitos agregados. Durante a colonização, como bem lembra tam-

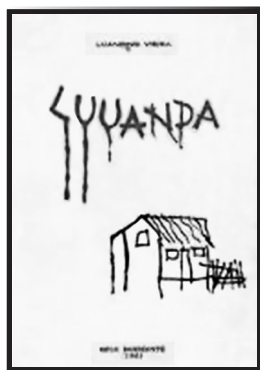


Fig. 1 - *Luuanda*, Luandino Vieira, Lisboa: Edições 70, 1981

bém esta jornalista, através da evocação do tema de Santocas, “*Bairro Índigena*”, a situação não era muito distinta. Como se diz na conhecida canção: “*Correram connosco dali como se fossemos bois (...) Hoje só me restam lembranças dos meus amigos de infância (...) Mandaram-nos para os currais de nome Rebocho Vaz*”⁶. Exactly como na época de Rebocho Vaz, governador em Angola entre 1966 e 1972, em que processos sumários de desocupação eram prática corrente.

A partir dessa memória de habitantes dos musseques, o escritor Luandino Vieira fez da sua literatura uma reconstituição constante, com diferentes incidências testemunhais. A obra *Luuanda*⁷ é um dos casos mais expressivos desta escolha. Retratando a vida quotidiana dos musseques, escrito na prisão em 1961 e 1962, o livro circulou nesses bairros, e veio a passar pelo muito conhecido e discutido processo de censura após a atribuição de um prémio, pela Sociedade Portuguesa de Escritores, culminando no encerramento desta. Em virtude de Luandino se encontrar preso no Tarrafal e de ser



Fig. 2 e 3 - O município do Cazenga e o distrito do Sambizanga apresentam processo de requalificação

do MPLA, receber em 1965 um prémio literário de envergadura nacional não era aceitável no quadro da sua proposta de uma temática incómoda. Eram incómodos para o regime o autor, a obra, o reconhecimento do mérito.

Trata-se de um texto de facto exemplar da problemática da ocupação suburbana de Luanda, não só por fazer a descrição da vida e das dificuldades da sobrevivência quotidiana, mas também por atribuir a esses espaços qualidades de definição política (os opositores ao regime colonial usam o musseque como espaço de fuga e de edificação de um modelo social alternativo), socioeconómica (a quem pertencem as riquezas de Angola?), geracional (relação entre velhos e novos, metáfora de um país em transição) e linguística (que língua se fala nos musseques? Português de Angola? Kimbundu? Português dos musseques?).

Essa parece ser uma imagem (do musseque Sambizanga, neste caso) que deixou hoje de fazer sentido, já que passou a ser substituída por outra de inspiração política e estratégica corrente. Com isso, perde-se muito do património imaterial associado ao lugar. As promessas de melhoria de infraestruturas e de oferta de alternativas não se concretizaram. Em 2013 antecipava-se o seguinte em texto do Novo Jornal intitulado “*Singapura e China transformam Cazenga e Sambizanga*”:

“De acordo com o director do gabinete técnico de reconversão das zonas o plano director já está concluído faltando apenas a sua aprovação. Concluímos o plano director e estamos a

trabalhar sobre os planos de pormenor e as infra-estruturas. Com o plano director podemos lançar concursos de empreitadas para fazermos as obras de infra-estruturas, de habitação social, equipamentos sociais, já dentro daquilo que o documento prevê. Falta apenas a sua aprovação, que poderá acontecer dentro de um mês, disse Bento Soito".⁸

Neste quadro, entre as muitas vozes que se fazem ouvir em reacção a estas requalificações e a decisões políticas sem escrutínio público, pontificam os jovens *rappers*, eles próprios em muitos casos residentes nos musseques e conhecedores em primeira mão das dificuldades quotidianas de viver nesse contexto.

Um exemplo muito popular é o de MCK (leia-se Kapa). Os seus temas "Atrás do prejuízo" ("estou pronto pra batida... não tenho água em casa... rasguei o musseque já estou no asfalto... cidadãos reclamam... subida de combustível é manchete do jornal... eu vou sorrir pra não chorar/ é mais um dia da minha vida/ vou cantar pra não pensar as malambas desta vida... logo no portão greve na faculdade doutores reclamam salário... vou gastar a massa do táxi num cyber café... hoje tenho umas entregas no São Paulo... charme na imagem sou promotor de vendas/ e ganho à percentagem") e "Ghettos na vertical" ("Dizem que são da city mas vivem muito mal/ Esses prédios da Mutamba são ghettos na vertical") tipificam uma das muitas modalidades de auto-representação de jovem estudante, trabalhador, na periferia urbana.

Apresentado como exemplo de resistência

política, em entrevista a *This is Africa*, reconhece que muito mudou para melhor no país, nomeadamente no respeitante ao crescimento dos *media* independentes. Destaca ainda assim que há um muito longo caminho a percorrer no que concerne à actividade política aberta e à educação das populações para a mudança e participação activa na condução dos seus destinos. A circulação dos seus discos, contradizendo a vontade das autoridades, faz-se nos circuitos informais e nos transportes públicos e a sua popularidade é enorme. (Enquanto dá a entrevista, dois homens não identificados vigiam-no de perto).

*"Despite bans, illegal copies of my discs are sold in the street and at big markets. My music finds its way to almost every musseque [slum] household through the 'candongeiros' [cheap, blue Angolan taxi buses], where they are extremely popular," MCK says in a Luanda café. His most recent album, released in January, is titled "Proibido Ouvir Isto"*⁹.

Diz Marta Lança, num dos muitos textos que no site *Buala* têm dado especial atenção a este fenómeno, confirmando a diversidade, o número elevado de produções e a disseminação do trabalho destes músicos:

"O hip hop trouxe consciência social e temáticas que andavam esquecidas no meio artístico angolano. (...) Mc Kapa, Kheita Mayanda, Phay Grande, Leonardo Wawuti, Flagelo Urbano, Conductor e Ikonoklasta são alguns nomes desta corrente de resistência feita de "soldados

*da paz" e "trincheiras de ideias" que traduz as preocupações da nova geração que habita no centro e na periferia de uma cidade globalizada, e lembra, nas palavras de Mc Kapa estampadas em centenas de t-shirts que desfilam por Luanda, que "o país não tem dono, Angola é de todos nós"*¹⁰.

Em jeito de finalização deste texto, gostaria de referir Ruy Duarte de Carvalho que no seu ensaio "A propósito do que não se sabe sobre os musseques de Luanda (1991)"¹¹, lido por ocasião do I Fórum do Habitat Popular em Angola, se refere aos habitantes originais da ilha de Luanda e da Xicala, os Axiluanda, como determinantes para a compreensão da expansão dos musseques, sua cultura e estratégias de ordenação interna.

Agir sobre estes lugares sem os desrespeitar, implica, no seu entender, compreender a sua natureza orgânica, com "(...) a sua história, os seus dinamismos, os seus discursos e as suas práticas, com as suas clivagens hierárquicas e as suas estratégias de articulação económica e social, com a sua imaginação aplicada, entre outras coisas, à invenção, até, dos mecanismos mais elementares da própria sobrevivência"¹².

Os jovens artistas urbanos certamente concordam com esta perspectiva e a defendem; por seu lado, Ruy Duarte enquanto antropólogo muitas vezes se dedicou a desmontar clichés culturais; em seu entender, a história desmente a oposição convencional em muitos discursos entre asfalto e musseque, sendo que as cinturas urbanas demonstraram ser porosas ao longo do tempo e capazes de acomodar mudanças étnicas e culturais. Recor-

dando análise de Michel Cahen¹³ lembra a diversidade identitária dos diferentes bairros e musseques, por vezes descontínua em termos de mobilidades, mas sempre susceptível de se reorganizar de acordo com dinâmicas socio-culturais e padrões reconhecíveis. O seu texto fecha com a ideia fundamental de que o equilíbrio destes espaços tem que ser garantido, o direito ao lugar é também direito à existência; viabiliza a sociedade e a própria nação.

Bibliographical References

- ¹ Carvalho, Ruy Duarte, *a câmara, a escrita e a coisa dita...*, Lisboa, Cotovia, 2008, p. 318.
- ² <http://www.gpl.gv.ao/publica/MunicipioDistrito.aspx>
- ³ Cfr. <http://www.bbc.com/news/world-africa-18646243>
- ⁴ Cfr. <http://www.chinaafricarealstory.com/2014/04/chinese-built-angolan-ghost-town-wakes.html>
- ⁵ Cfr. <http://www.redeangola.info/opiniaio/campos-de-sobrevivencia/>
- ⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=glzUoTXsCsk&list=PzBBv95TgjaSMit2thgAQScwYx7VVO6q&index=3>
- ⁷ Cfr. Luanda, Lisboa: Edições 70, 1981.
- ⁸ <http://novojournal.co.ao/Artigo/Default/15335>
- ⁹ <http://archived.thisisafrica.me/music/detail/19545/angola-s-critical-rappers-remain-defiantly-vocal-as-elections-draw-near>
- ¹⁰ <http://www.buala.org/pt/palcos/luanda-esta-a-mexer-hip-hop-underground-em-angola>
- ¹¹ *Ibidem*, 318-325.
- ¹² *Ibidem*, 319.
- ¹³ Apud Carvalho, op. cit., 320ss